

EDITORIAL

Esta edição da *Estudos Nietzsche* inaugura uma nova prática editorial: a publicação de dossiês organizados em torno de um tema específico da obra de Nietzsche e para os quais haverá sempre um(a) editor(a) convidado(a). É com alegria que apresento aos leitores e leitoras o primeiro dossiê concebido para atender aos propósitos desta nova prática editorial da Revista, cujo tema é “Nietzsche e o perfeccionismo”. Em função do grande volume de contribuições brasileiras e estrangeiras, decidiu-se que esse primeiro dossiê será publicado em duas partes. Após uma apresentação geral do tema, o leitor encontrará uma descrição sucinta de cada uma das contribuições que compõem essa primeira parte do dossiê.

Perfeccionismo é um termo disputável, não apenas do ponto de vista histórico, mas também sistemático. Essa característica está longe de ser uma anomalia, pois vale para boa parte dos conceitos que têm alguma espessura histórica (definível é apenas aquilo que não tem história, diz Nietzsche no interregno metodológico da *Genealogia da Moral* – GM II, 13). E espessura histórica é o que não falta ao perfeccionismo. Este está associado a uma longa e heterogênea tradição no interior da filosofia moral, além de ser objeto de intensas disputas no debate filosófico contemporâneo. Essas disputas não se limitam a questões substantivas relativas a quais bens devem ser incluídos na classe dos bens perfeccionistas, mas incidem sobre os contornos mais gerais da teoria. Assim, embora possa haver um relativo consenso em torno da natureza da tese (uma teoria objetiva do bem humano, cujo conteúdo no entanto é matéria de amplo dissenso), há uma acirrada disputa em torno de seu alcance: alguns defendem que se trata de uma tese meramente prudencial acerca da vida boa, que se sustenta em uma concepção alternativa e objetiva do bem-estar do agente (em oposição às concepções subjetivas que pensam o seu bem-estar como dependente da satisfação de seus desejos e preferências); outros entendem que ela envolve uma tese ética acerca da vida boa, que deveria ser perseguida por todos os indivíduos em um sentido moral e não meramente prudencial; um terceiro grupo insiste nas suas implicações políticas e institucionais (considerações de natureza perfeccionista definiriam obrigações do Estado em relação aos indivíduos, governando o desenho de certas instituições, por exemplo).

Em termos menos polêmicos e em sentido mais amplo, teorias perfeccionistas estão historicamente associadas à defesa da tese de que o bem humano consiste na plena realização de nossa natureza ou essência. Há quem argumente que pelo fato de defender uma concepção

objetiva do bem humano, o perfeccionismo não pode ser compreendido como uma teoria do bem-estar, sendo já desde sempre uma concepção ética da vida boa. A suposição é que a noção de bem-estar é necessariamente subjetiva, ou seja, pressupõe o modo como cada agente acessa e avalia subjetivamente a sua própria experiência. Segundo esse modo de compreender essa família de teorias, uma teoria perfeccionista se estrutura a partir de um primado conceitual conferido à noção de bem. Os compromissos normativos da teoria, sejam eles de natureza ética, sejam de natureza política, extraem sua legitimidade desse primado do bem: uma ação é eticamente admirável, uma regra é moralmente obrigatória se ela promove algum bem de excelência (seja ele um estado de coisas, uma disposição de caráter, um tipo qualquer de atividade, um aspecto específico de nossa experiência ou das relações humanas); uma instituição é justa se ela opera segundo essa mesma lógica de promoção dos bens perfeccionistas (quaisquer que eles sejam).

Embora se possa argumentar que as teorias perfeccionistas tenham perdido muito de sua plausibilidade com o advento da modernidade, em função da reorientação teórica imposta pela revolução científica (que teria minado a credibilidade epistêmica dos nossos juízos teleológicos e de todo discurso sobre a natureza humana) e da necessidade de se reconhecer o pluralismo como um fato incontornável do nosso mundo social a partir da experiência das guerras religiosas que se seguiram ao cisma da Igreja (forçando os filósofos a renunciarem à ambição de defender uma concepção objetiva de vida boa, que se imporia a todos e cuja promoção deveria ser parte das tarefas do Estado), é um fato igualmente incontornável da modernidade a proliferação de diagnósticos críticos que dependem de uma representação da vida boa. Filosofias que denunciam a miséria do mundo moderno insistem não apenas na tese de que nossas estruturas institucionais permitem ou reforçam a exploração; elas insistem igualmente na tese de que o mundo moderno está organizado de forma a nos alienar sistematicamente de nossas mais amplas potencialidades e capacidades. Nesse sentido, o fundamento da crítica é ele mesmo de natureza perfeccionista: o mundo moderno está organizado de um modo que é essencialmente hostil à realização da excelência humana. É inegável que Nietzsche faz parte dessa tradição de crítica à modernidade; ele talvez seja o representante mais radical dessa tradição, razão pela qual todas as tensões que lhe são características encontram nele a sua expressão máxima.

Embora a preocupação com a excelência humana (e com as condições culturais que tornam possível o seu cultivo) ocupe um lugar de destaque inquestionável na reflexão nietzschiana, a filiação de Nietzsche à tradição perfeccionista é uma reivindicação relativamente

recente na história da recepção de sua filosofia. Tal afiliação se estabeleceu como resultado da convergência fortuita de dois eventos: da influente tese rawlsiana segundo a qual Nietzsche é o principal representante do perfeccionismo na modernidade (tese formulada em 1971 em sua *Teoria da Justiça*) e da percepção relativamente tardia entre os intérpretes de Nietzsche de que a sua crítica à moralidade hegemônica não esgota suas contribuições à filosofia moral: essa crítica é formulada a partir de um compromisso positivo com uma visão alternativa da vida ética, na qual as noções de excelência e de florescimento humanos ocupam papel de destaque. Se os motivos perfeccionistas na obra de Nietzsche são bastante evidentes, os compromissos metaéticos e normativos acarretados por esses motivos permanecem obscuros ou são matéria de disputa entre seus intérpretes. Na ausência de um tratamento sistemático dessa posição normativa por parte de Nietzsche, resta aos intérpretes a tarefa de tentar identificar esses compromissos e de expor suas principais implicações normativas. Essa tarefa envolve um conjunto complexo de questões, que têm ocupado a atenção de alguns estudiosos de Nietzsche de forma mais intensa nas últimas três ou quatro décadas e tornado a caracterização de seu perfeccionismo matéria de disputa acirrada.

O presente dossiê se propõe a abordar algumas destas questões, que elenco de forma sumária: o perfeccionismo de Nietzsche pressupõe uma concepção forte de natureza humana, dependendo, portanto, de sua doutrina das vontades de poder? Qual é a relação entre a suposta ética perfeccionista defendida por Nietzsche e sua crítica da moralidade hegemônica no Ocidente? Esses dois momentos de sua filosofia são dependentes ou geram uma tensão no interior de seu projeto filosófico? O tipo de perfeccionismo defendido por Nietzsche é uma forma de particularismo ético (dirigido a uma elite de indivíduos capazes de realizar valores perfeccionistas) ou ele pressupõe razões normativas que poderiam ser reconhecidas na perspectiva de qualquer agente minimamente imparcial? O perfeccionismo nietzschiano tem derivações políticas? Se sim, elas são aceitáveis ou envolvem uma autorização para o abuso e a tirania? Como o perfeccionismo de Nietzsche se relaciona com outras tradições em filosofia moral? Ele é uma forma de consequencialismo, como defendem John Rawls e Thomas Hurka? Como o perfeccionismo se relaciona com as teses naturalistas que Nietzsche defende em psicologia moral? Há alguma conexão mais profunda entre o projeto genealógico e o engajamento em uma ética perfeccionista ou eles são projetos cujo vínculo é meramente circunstancial em Nietzsche? Como podemos aproximar os motivos perfeccionistas em Nietzsche da tradição da ética das virtudes? A radicalidade de seu perfeccionismo faz com que este se torne

uma forma de esteticismo? O perfeccionismo de Nietzsche assume compromissos teóricos que resultam numa versão da vida ética que é particularmente hostil ao compromisso com o princípio da igualdade? Finalmente, como o perfeccionismo de Nietzsche pode ser pensado à luz da temática do transhumanismo?

Esses são alguns dos temas contemplados pelos artigos que compõem o dossiê “Nietzsche e o perfeccionismo” que, como mencionamos, será publicado em duas partes. Na sequência, faço uma sucinta apresentação dos artigos selecionados para compor esta primeira parte.

A contribuição de Paul van Tongeren (“A filosofia de Nietzsche e a tradição da ética das virtudes”) cumpre uma função propedêutica em relação ao tema principal do dossiê: ele oferece um mapeamento exaustivo das diferentes vias de acesso à questão acerca das relações entre Nietzsche e a ética das virtudes, uma tradição que se confunde parcialmente com a tradição perfeccionista. Embora van Tongeren evite se comprometer com uma tese forte sobre o grau de intersecção entre as duas tradições, sendo elas mesmas tradições plurais, é possível sugerir que uma versão nietzschiana da ética das virtudes assumiria traços perfeccionistas (na contramão da visão sufficientista defendida por Christine Swanton).

O artigo de Martin Saar (“Para além da revolta: Nietzsche como pensador e crítico da transformação social”) adota uma estratégia indireta para se aproximar do tema do perfeccionismo em Nietzsche. Ele o faz pelo viés do pensamento da transformação social, acessando o modelo nietzschiano a partir de um contraste com quatro outros modelos disponíveis na modernidade (da formação, do esclarecimento, da revolução e da insurreição) e com um duplo vetor (individualidade/coletividade e racionalidade/espontaneidade). Saar argumenta que Nietzsche recusa os quatro modelos disponíveis na tradição a partir de argumentos heterogêneos. Mas a partir dessa recusa mais ou menos articulada e refletida, Nietzsche propõe um modelo alternativo, mais radical de transformação, que procura evitar os extremos das demais concepções, que ora superestimam o sujeito da transformação social, ora o dissolvem na coletividade. Nietzsche oferece um modelo no qual o indivíduo é convocado a se implicar radicalmente no processo sem, no entanto, perder os seus contornos próprios. Esse modelo não é radicalmente individualista, mas tampouco sucumbe aos processos históricos e coletivos impessoais.

A terceira contribuição do dossiê é assinada por Benedetta Zavatta (“Nas raízes do perfeccionismo nietzschiano: a contribuição de Emerson”). A autora recupera algumas teses principais de seu estudo monográfico sobre o tema (*Individuality and Beyond: Nietzsche Reads Emerson*, pela OUP, 2019), com destaque para a influência decisiva que a leitura precoce de Emerson exerceu sobre o jovem Nietzsche, mais particularmente sobre a elaboração de seu ideal perfeccionista. Zavatta se alinha à interpretação não elitista, não consequencialista e não teleológica do perfeccionismo de Nietzsche. Ela o vê sobretudo como uma doutrina ética dirigida ao indivíduo, e cuja dimensão política (na medida em que existe) seria compatível com a tradição liberal das democracias constitucionais (conforme o modelo emersoniano). Zavatta acata as principais objeções de Cavell e Conant à leitura rawlsiana do perfeccionismo nietzschiano (que o interpreta em termos de uma doutrina teleológica com consequências elitistas, antiliberais e antiigualitárias). Uma reconstrução cuidadosa do contexto em que se dá a redação de *Schopenhauer como Educador* oferece evidências adicionais a favor da tese segundo a qual o perfeccionismo de Nietzsche é de inspiração fortemente emersoniana.

A contribuição de William Mattioli (“Perfeccionismo e realismo moral em Nietzsche”) se destaca das demais por se concentrar nos pressupostos metaéticos que sustentariam os compromissos propriamente normativos do perfeccionismo de Nietzsche. O pressuposto a partir do qual a questão central se coloca é o de que o perfeccionismo de Nietzsche é uma teoria moral, e não uma tese meramente prudencial sobre o bem-estar dos agentes. Nesse sentido, cabe perguntar sobre o que justifica, aos olhos de Nietzsche, a reivindicação de um primado para os valores da excelência, em detrimento dos valores relacionados ao bem-estar social, à felicidade pessoal, às virtudes da compaixão e da solidariedade. Mattioli defende que Nietzsche está comprometido com uma variante de realismo moral, com a advertência de que o adjetivo “moral” não designa algo como a moralidade no sentido pejorativo, mas um sistema amplo de valores compreendidos à luz do modelo das vontades de poder. Nesse esquema, a vontade de poder fornece a base teórica de justificação para o perfeccionismo nietzscheano.

O artigo de Renan Cortez (“Disciplina, legislação e velocidade: uma análise do ideal de vida filosófica”) tem como tarefa descrever o ideal da vida filosófica e das condições que devem ser satisfeitas para que essa forma de vida possa alcançar a excelência, tal como esses elementos são apresentados por Nietzsche em *Para além de bem e mal*. São propostos três critérios de identificação dos tipos superiores (os tipos que encarnam o ideal perfeccionista de Nietzsche):

atividades de tipo superior, êxito histórico e a característica psicológica. Embora argumente a favor da primazia do critério psicológico, que é condição necessária e suficiente para a identificação da excelência, isso não elimina a relevância dos demais critérios. A seguir, o autor enumera as condições psicológicas que devem ser satisfeitas para que o filósofo alcance a excelência, representada na figura quase mítica do filósofo do futuro: (1) disciplina; (2) criação de valores; (3) especulação e (4) unidade orgânica. A maior parte dos tipos superiores são capazes de satisfazer uma ou outra dessas condições, mas não todas. A verdadeira excelência, no entanto, não exige uma realização sem tensões dessas quatro condições. É possível até mesmo promover um conflito produtivo entre uma condição e outra, mas desde que isso não resulte em anarquia, mas numa forma de unidade orgânica.

Por fim, o artigo de Ícaro Figueiredo (“A nobreza na reflexão ética de Nietzsche”) elege como tema de investigação as distintas considerações de Nietzsche acerca da nobreza, uma noção que desempenha um duplo papel nas suas reflexões maduras sobre a moralidade. Por um lado, o conceito de nobreza tem uma função descritiva em sua investigação genealógica: ele designa uma forma específica de interpretação da vida ética (a moral nobre), que emerge a partir dos estamentos dominantes do mundo arcaico (as aristocracias guerreiras e sacerdotais) e que antecede aquela que será a interpretação hegemônica no ocidente (designada por Nietzsche de “moral escrava”). Por outro lado, encontramos ainda, nos escritos desse mesmo período, uma tentativa de caracterizar a nobreza em termos estritamente psicológicos e éticos (sem referência a um contexto histórico e estamental). A atenção a essa tentativa de caracterização da nobreza na contemporaneidade permite constatar que o interesse de Nietzsche por essa noção não é meramente descritivo, mas se vincula à dimensão propositiva de sua reflexão ética e ao seu projeto de transvaloração, que está intimamente vinculado às suas preocupações de cunho perfeccionista.

Termino esta apresentação com um agradecimento especial a todos os membros do Grupo Nietzsche da UFMG, pelas intermináveis discussões sobre o tema deste dossiê nos encontros remotos ocorridos nos últimos dois anos. As mudanças radicais impostas de forma abrupta às nossas rotinas pelo isolamento social no contexto da crise sanitária (que em parte ainda persistem no instante em que redijo essas linhas) nos ensinaram uma lição: o nosso mundo social, por mais que possa ser por vezes um obstáculo, é sem dúvida alguma também o ambiente sem o qual a busca pela excelência se converte numa mera miragem. Também por isso devo um

agradecimento ao Grupo Nietzsche da UFMG: a presença de vocês, a cada quinzena, e mesmo que à distância, preservou algo desse mundo social que confere espessura e vitalidade aos nossos engajamentos.

Para a edição deste volume, devo um agradecimento a todos os que contribuíram com artigos (por terem se engajado no projeto, por terem tido disposição para negociar direitos de tradução, por terem enviado material inédito de suas pesquisas ou adaptado material já publicado em outros formatos), aos tradutores (em especial pela paciência com minhas inúmeras e obsessivas revisões), aos responsáveis pela diagramação da revista e aos editores da *Estudos Nietzsche*, meus colegas de pesquisas e amigos Ernani Chaves e Antônio Edmilson Paschoal, por terem me concedido a honra do convite e pela colaboração em todas as etapas de preparação desta edição. Desejo a todos uma leitura agradável e proveitosa.

Rogério Lopes/editor convidado (UFMG)